

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Primeira Câmara Criminal 1ª Turma Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL n. 8031329-73.2023.8.05.0000 Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal 1ª Turma IMPETRANTE: CAIO HENRIQUE DE FREITAS e outros (2) Advogado (s): CAIO HENRIQUE DE FREITAS, RAFAEL COSTA CAVALCANTI IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DE ITIÚBA–BAHIA Advogado (s): ACORDÃO HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. NECESSIDADE DE GARANTIR A ORDEM PÚBLICA E ASSEGURAR APLICAÇÃO DA LEI PENAL. DECISÃO SUFICIENTEMENTE FUNDAMENTADA. ORDEM DENEGADA. I – Trata-se de Habeas Corpus impetrado em favor do paciente, que estaria sendo vítima de constrangimento ilegal, decorrente da manutenção de sua prisão preventiva. Narram os impetrantes que o paciente teve a prisão preventiva decretada em 14/01/2021, após ser acusado da prática do crime previsto no art. 121, § 2º, I e IV do Código Penal, por fato ocorrido em 21/11/2020. Alegaram que o mandado de prisão fora cumprido em 05/11/2021, na cidade de Campos Altos/MG. Defendem que estarem configurados requisitos para a custódia cautelar. II – Inicialmente, nota-se que não procede a alegação de ausência de reavaliação da custódia cautelar, considerando que, de acordo com a autoridade apontada como coatora, na data em que foram prestadas as informações (21/07/2023), houve decisão de pronúncia contra o paciente, a quem foram imputadas as sanções do artigo 121, § 2º c/c incisos II e IV, do Código Penal, com reavaliação da prisão cautelar nos termos do art. 316, parágrafo único do Código de Processo Penal. III – Os impetrantes insurgiram-se contra decisão que decretou a prisão preventiva do paciente, alegando inexistência dos requisitos autorizadores para decretação da medida cautelar constritiva. Reforce-se, contudo, que a custódia preventiva do paciente é necessária para o acautelamento da ordem pública e assegurar a aplicação da lei penal. O delito imputado ao paciente teve acentuada gravidade, considerando que fora praticado com extrema violência, com golpes reiterados de madeira na face, dorso e braços, espancamento que resultou na morte da vítima. IV – Da análise dos documentos acostados aos autos, observa-se o preenchimento dos pressupostos previstos no referido dispositivo legal, considerando que restou demonstrado o fumus comissi delicti, representado pela materialidade delitiva e os indícios suficientes de autoria do crime, assim como há evidências do periculum libertatis considerando a especial gravidade da conduta e o fato de o paciente ter praticado o delito na cidade de Itiúba, e, somente ter sido preso um ano após os fatos, no Estado de Minas Gerais. Sendo assim, verifica-se que a autoridade apontada como coatora decidiu pela manutenção da segregação cautelar por deduzir estarem presentes os requisitos autorizadores da medida excepcional de constrição da liberdade, em conformidade com o quanto previsto no art. 312 do Código de Processo Penal. HABEAS CORPUS DENEGADO. HC Nº 8031329-73.2023.8.05.0000 – ITIÚBA. RELATOR: DESEMBARGADOR ESERVAL ROCHA. Relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus nº 8031329-73.2023.8.05.0000, impetrado pelos BÉIS. Rafael Costa Cavalcanti, Caio Henrique de Freitas e Glaucio Marques, em favor de ADEMILSON GONÇALVES DE JESUS. Acordam os Desembargadores integrantes da Primeira Turma Julgadora da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, por unanimidade, em DENEGAR A ORDEM IMPETRADA, na forma do relatório e do voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado. Sala das Sessões, data constante da certidão eletrônica de julgamento. Desembargador Eserval Rocha Presidente/ Relator PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL 1ª TURMA DECISÃO PROCLAMADA Denegado Por Unanimidade

Salvador, 4 de Agosto de 2023. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Primeira Câmara Criminal 1ª Turma Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL n. 8031329-73.2023.8.05.0000 Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal 1ª Turma IMPETRANTE: CAIO HENRIQUE DE FREITAS e outros (2) Advogado (s): CAIO HENRIQUE DE FREITAS, RAFAEL COSTA CAVALCANTI IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DE ITIÚBA-BAHIA Advogado (s): RELATÓRIO I – Cuida-se de Habeas Corpus, com pedido de liminar, impetrado pelos Béis. RAFAEL COSTA CAVALCANTI, CAIO HENRIQUE DE FREITAS e GLAUCO MARQUES, em favor de ADEMILSON GONÇALVES DE JESUS, brasileiro, solteiro, filho de Adenilde Gonçalves de Jesus e Enezio de Jesus Nascimento, nascido em 12/06/1998, trabalhador rural, com endereço residencial na Rua Nicolau Baldassare, nº 124, Jardim Esplanada, Uberaba/MG, apontando como autoridade coatora o MM. JUÍZO DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE ITIÚBA/BA. Segundo os impetrantes, fora decretada prisão preventiva em desfavor do paciente pelo suposto cometimento de crime de homicídio qualificado por motivo torpe e meio que dificultou ou tornou impossível a defesa do ofendido, nos termos do artigo 121, § 2º, incisos I e IV do Código Penal, supostamente ocorrido no dia 21/11/2020. Narraram que "em 16 de dezembro de 2020 a PCBA representou pela decretação da prisão preventiva de ADEMILSON GONÇALVES DE JESUS, invocando como razões a garantia da ordem pública, consubstanciada na suposta sensação de impunidade da sociedade, uma pretensa necessidade da medida para assegurar a aplicação da lei penal e por conveniência da instrução criminal. O MP, posteriormente, emitiu parecer favorável à decretação da prisão cautelar, o que foi acolhido pelo juízo em 14/01/2021, que invocou as razões apresentadas pelo órgão ministerial como fundamentos para decretação da medida. Foi só em 16/07/2021, passados 07 meses da expedição do mandado, que a PCBA realizou diligência no intuito de tentar cumprir o mandado de prisão expedido, o qual restou frustrado por não haverem encontrado o Paciente. Por fim, em 05/11/2021, Ademilson foi preso na cidade de Campos Altos/MG". Sustentaram existência de constrangimento ilegal porque não estariam presentes os requisitos para decretação da prisão preventiva, afirmando que o paciente não é uma pessoa habitualmente violenta e salientando que a invocação da garantia da ordem pública, como motivo para decretação de prisão preventiva não apresentou fundamentação concreta. Destacaram que o acusado seguiu residindo no mesmo local dos fatos nos três meses seguintes ao crime e que não existe evidência de que tenha empreendido fuga, porque, em março do ano de 2021, que o paciente mudou-se da cidade para trabalhar na cidade de Campos Altos/MG, local em que era trabalhador rural. Alegaram que a autoridade coatora não demonstrou ser a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão insuficientes para o caso dos autos, ressaltando, ainda, que não houve reavaliação da custódia cautelar e que há excesso de prazo na tramitação do feito. Segundo os autos, imputou-se ao paciente os seguintes fatos (ID. 46735361): [...] No dia 21 de novembro de 2020, por volta das 18h30, na estrada vicinal da Fazenda Urubu, zona rural, em Itiúba, ADEMILSON GONÇALVES DE JESUS, com vontade livre e consciente dirigida ao resultado morte, desferiu pauladas e espancou Sérgio Nascimento Oliveira, com recurso que impossibilitou a defesa da vítima e motivo torpe, causa eficiente do óbito da vítima. Segundo o apurado, o denunciado aguardou na estrada vicinal, na espreita, a passagem da vítima, que era condutor de motocicleta, sendo passageiro a pessoa de José Nilton Silva de Souza (vulgo "Danda"), azo em que, com um pedaço de madeira, desferiu um golpe contra a vítima e o referido passageiro, que resultou na queda do veículo em movimento e no desembarque involuntário de

ambos. Ato contínuo, após caírem da motocicleta a vítima e o carona correram em direções opostas, passando assim ADEMILSON GONÇALVES DE JESUS a perseguir Sérgio Nascimento Oliveira, aplicando-lhe golpes reiterados de madeira na face, dorso e braços, espancamento que resultou na morte da vítima. Conforme laudo de necrópsia do ID 157079954 – pág. 25, a vítima morreu em decorrência de hemorragia encefálica ocasionada por instrumento contundente, com lesões externas na região frontal, pálpebra superior esquerda, lábio inferior, mentoniana e occipital à esquerda, múltiplas fraturas em ossos da face, osso malar, mandibular e nasal. Segundo o apurado, a vítima era desafeto do denunciado em razão de ciúmes decorrentes de uma namorada em comum, qual seja, motivo abjeto, torpe [...]. Indeferido o pedido liminar (ID. 46849605), a autoridade dita coatora apresentou informações (ID. 47784385). A Procuradoria de Justiça, em parecer da lavra da Procuradora Márcia Luzia Guedes de Lima, opinou pela denegação da ordem (ID. 47852771). É o relatório. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Primeira Câmara Criminal 1ª Turma Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL n. 8031329-73.2023.8.05.0000 Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal 1ª Turma IMPETRANTE: CAIO HENRIQUE DE FREITAS e outros (2) Advogado (s): CAIO HENRIQUE DE FREITAS, RAFAEL COSTA CAVALCANTI IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DE ITIÚBA-BAHIA Advogado (s): VOTO II – Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço da impetração. Inicialmente, nota-se que não procede a alegação de ausência de reavaliação da custódia cautelar, considerando que, de acordo com a autoridade apontada como coatora, na data em que foram prestadas as informações (21/07/2023), houve decisão de pronúncia contra o paciente, a quem foram imputadas as sanções do artigo 121, § 2º c/c incisos II e IV, do Código Penal, com reavaliação da prisão cautelar nos termos do art. 316, parágrafo único do Código de Processo Penal. Os impetrantes insurgiram-se contra decisão que decretou a prisão preventiva do paciente, alegando inexistência dos requisitos autorizadores para decretação da medida cautelar constritiva. Reforce-se, contudo, que a custódia preventiva do paciente é necessária para o acautelamento da ordem pública e assegurar a aplicação da lei penal. O delito imputado ao paciente tem acentuada gravidade, considerando que fora praticado com extrema violência, com golpes reiterados de madeira na face, dorso e braços, espancamento que resultou na morte da vítima. Destaca-se do decreto prisional: [...] segundo infere dos autos, a partir de uma análise preliminar, como bem demonstrou o MP, a vítima teria sido morta pelo requerido por espancamento e golpes de instrumentos contundentes, fato que teria sido confirmado por testemunha ocular, destacando o instinto violento do representado, o que reforça a necessidade de sua segregação cautelar, para a garantia da ordem pública. A par disso, tem-se que, após o crime, o representado teria fugido do distrito da culpa, o que reforça a necessidade de sua prisão, para garantir a aplicação da lei penal [...] . Sabe-se que a prisão preventiva tem natureza excepcional e sua imposição ou manutenção somente tem justificativa caso existam elementos concretos demonstrando o preenchimento dos pressupostos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal: Art. 312. A prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria. Da análise dos documentos acostados aos autos, observa-se o preenchimento dos pressupostos previstos no referido dispositivo legal, considerando que restou demonstrado o fumus comissi delicti, representado

pela materialidade delitiva e os indícios suficientes de autoria do crime, assim como há evidências do periculum libertatis considerando a especial gravidade da conduta e o fato de o paciente ter praticado o delito na cidade de Itiúba, e, somente ter sido preso um ano após os fatos, no Estado de Minas Gerais. Sendo assim, verifica-se que a autoridade apontada como coatora decidiu pela manutenção da segregação cautelar por deduzir estarem presentes os requisitos autorizadores da medida excepcional de constrição da liberdade, em conformidade com o quanto previsto no art. 312 do Código de Processo Penal. É nesse sentido a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça: RECURSO EM HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO. SEQUESTRO QUALIFICADO. TORTURA. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO. GRAVIDADE CONCRETA DA CONDUTA. MODUS OPERANDI. IDONEIDADE. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. A prisão preventiva possui natureza excepcional, sempre sujeita a reavaliação, de modo que a decisão judicial que a impõe ou a mantém, para compatibilizar-se com a presunção de não culpabilidade e com o Estado Democrático de Direito – o qual se ocupa de proteger tanto a liberdade individual quanto a segurança e a paz públicas –, deve ser suficientemente motivada, com indicação concreta das razões fáticas e jurídicas que justificam a cautela, nos termos dos arts. 312, 313, 315 e 282, I e II, do Código de Processo Penal, com as alterações dispostas pela Lei n. 13.964/2019. 2. A gravidade concreta da conduta, evidenciada pelo modus operandi, é circunstância apta a indicar a periculosidade do agente e constitui fundamentação idônea para o decreto preventivo. Na hipótese, o recorrente é acusado de ingressar em uma residência e praticar roubo, em concurso de agentes, mediante ameaça de morte às vítimas e tendo, inclusive, amarrado as mãos delas. Ademais, o Juízo singular consignou a especial gravidade do crime, demonstrada pelo emprego de arma de fogo, a qual foi encostada na cabeça e no corpo de um dos ofendidos por diversas vezes. 3. Recurso não provido. (RHC 119.549/RS, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 18/02/2020, DJe 26/02/2020). Ressalte-se que a primariedade, a residência fixa ou a eventual existência de bons antecedentes são irrelevantes diante da existência de motivos para a custódia cautelar. Assim, resta evidenciado que os fundamentos apresentados pela Impetrante não podem ser admitidos, estando demonstrada a necessidade da prisão preventiva. CONCLUSÃO III – À vista do exposto, na esteira do parecer ministerial, denego a ordem de Habeas Corpus impetrada. Sala das Sessões, data constante da certidão eletrônica de julgamento. Desembargador ESERVAL ROCHA Presidente/Relator Procurador (a) de Justiça